

Depois de ler o artigo intitulado “Alunos mais ricos deveriam pagar pela universidade pública?”, você resolveu escrever uma carta para o painel de leitores da revista Época manifestando-se sobre a questão. Em sua carta, retome a discussão do artigo e argumente a favor do seu ponto de vista, comparando a realidade brasileira com a do seu país.

## ALUNOS MAIS RICOS DEVERIAM PAGAR PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA?

**Cobrar dos alunos de famílias mais ricas ajudaria a criar mais vagas para os estudantes de famílias mais pobres?**



Na educação brasileira, é bem conhecida uma acrobacia no meio da vida dos estudantes: quem começou em escola particular vai para a faculdade pública e quem cresceu em escola pública vai para a faculdade privada. A razão para essas duas trajetórias é bem conhecida. Com uma educação básica deficitária, os estudantes da rede pública dificilmente conseguem passar pelo funil apertado do vestibular de universidades estatais. Essa dinâmica perpetua uma distorção histórica na trajetória do ensino superior no país: em geral, quem tem maior acesso à oferta gratuita é quem pode pagar. Quem precisaria do subsídio integral do Estado não chega lá e tem de pagar a mensalidade de uma instituição privada. A diferença no nível de qualidade entre as universidades públicas e privadas faz com que a maioria dos alunos das famílias mais pobres ingresse num círculo vicioso – eles são sempre relegados ao ensino de pior qualidade e começam a vida adulta com mais dívidas e pior preparo.

Uma discussão que se arrasta na política pública de ensino superior no Brasil trata da criação de um mecanismo de cobrança dos alunos de famílias mais ricas das universidades públicas. A gratuidade seria mantida para os mais pobres. Dois pressupostos principais embasam a cobrança. O primeiro é que o aluno que termina o ensino superior tende a obter ganho pessoal, na forma de maior renda, por ter concluído essa etapa dos estudos. Dado o tamanho do benefício, seria justo ele arcar com parte do custo de sua formação. A segunda razão é a possibilidade de ampliação de vagas para os mais vulneráveis. A universidade pública enfrenta problemas financeiros crônicos, principalmente por causa da folha de pagamentos de professores e servidores. “Novas fontes de receita seriam bem-vindas, principalmente num

cenário de crise como o atual”, diz o economista Paulo Meyer Nascimento, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Tirar a gratuidade da universidade pública, no entanto, pode acarretar riscos. Um deles é econômico. A cobrança dos alunos deixaria de ser uma fonte de receita extra se o governo simplesmente usasse esses pagamentos para cobrir gastos já existentes e diminuísse seus investimentos. “Num cenário de briga por recursos, esse é um risco real”, diz Fábio Waltenberg, economista da Universidade Federal Fluminense. Do ponto de vista pedagógico, discute-se se a relação mercantil da universidade com o aluno não traria prejuízos pedagógicos para a relação do professor e do aluno, para a pedagogia e para a qualidade da pesquisa. A gratuidade mantém a vantagem de conservar uma certa autoridade que independe de quanto a pessoa pagou. Para o economista, “Contrariamente ao que se acredita, o ensino público gratuito não beneficia somente pessoas mais favorecidas”, afirma Fábio. “Além disso, o sistema atual já é custeado em grande parte por aqueles que dele se beneficiam – alunos das classes mais altas, que pagam o maior volume de impostos. Concluindo, ainda acredito que o melhor é manter a gratuidade do ensino público, como temos hoje, com uma mudança: cobrarmos mais impostos de quem tem mais dinheiro. A gente paga muito imposto no Brasil sobre consumo e sobre a renda, mas nas faixas mais elevadas o imposto ainda é muito baixo. A alíquota efetiva para quem está lá entre os 5% dos maiores rendimentos não chega aos 7%. É muito pouco. Aumentar os impostos dos mais ricos beneficiaria diversos setores sociais, a começar pela educação.